

12 SET 1985

# A complexidade da economia *Bar*

**Antonio Dias Leite**

**I** NÚTIL procurar soluções simples porque elas não existem, na atual conjuntura em que vive o país. É natural que, quando propostas, tais soluções sejam, em princípio, atrativas para a maioria das pessoas: I — porque envolvem número reduzido de conceitos e sugestões que, quando bem explicados, são facilmente apreendidos pela opinião pública não especializada em economia e finanças; e II — porque esse reduzido conjunto de medidas simples, por parecer plausível, renova esperanças de solução para quem está com a amarga experiência destes anos de recessão. Mas, infelizmente, a simplicidade das propostas é alcançada à custa do abandono de fatores relevantes.

A solução simples não existe, porque estamos diante de uma constelação de dificuldades simultâneas, decorrentes de mudanças ocorridas na estrutura econômica e social do país, da nossa própria evolução econômica e, ainda, de fatores externos acidentais ou estruturais, tanto do comércio como das finanças internacionais.

A situação é muito mais complexa do que qualquer outra que tenhamos vivido. Inclusive porque o país adotou, abruptamente, uma nova estrutura financeira, seguindo modelos e práticas de países altamente desenvolvidos, para as quais não tínhamos preparo, o que tornou precária a administração das instituições financeiras privadas e mais difícil o controle público sobre a moeda e o crédito. Inclusive, também, porque após o choque do petróleo e a recirculação da moeda internacional pelo sistema financeiro privado dos Estados Unidos e dos demais países ricos, embarcou o Brasil na contratação de financiamentos externos, cada vez mais imprudentes, que culminaram na crise de 1982.

A própria continuidade da inflação e o tipo de tratamento, parcial e insuficiente, adotado no governo anterior, geraram novas distorções econômicas e sociais que completam esse quadro de extrema complexidade, no qual é possível identificar um grande número de fatores negativos relevantes.

Apesar disso, vejo, com preocupação, que vinham sendo aplicadas e continuam a ser propostas e discutidas medidas isoladas visando a contornar ou solucionar este ou aquele aspecto negativo da economia ou das finanças nacio-

nais, mas sem que se dê preeminência à formulação e discussão do plano global de ação que leve em conta, senão todos, pelo menos os mais importantes aspectos negativos a combater.

Na verdade, quando se observa o problema nacional na sua inteireza e se identificam e analisam os seus aspectos negativos e as medidas alternativas aplicáveis para a correção de cada um, verificam-se fortes interações entre fatores, bem como incompatibilidade entre medidas igualmente desejáveis para resolver um e outro problema específico. Para alcançar um mínimo de incoerências há, nesse ponto, que exercer opção corajosa por um dos objetivos conflitantes.

Quando se aprofunda trabalho dessa natureza, o desfecho é, infelizmente, um plano de ação de complexidade equivalente ao do conjunto de problemas a resolver.

Como qualquer grande programa de Governo, o plano econômico global compreende, de um lado, medidas de envergadura que afetam a vida das pessoas em geral, provocam reações da sociedade ou de partes da mesma e requerem decisão essencialmente política. De outro lado, contém medidas também necessárias e relevantes, mas que se situam em um plano técnico-administrativo, seja no âmbito do Governo, seja apenas em limitados setores de atividade com os quais é possível um diálogo específico.

A complexidade intrínseca e irremediável da situação econômica do Brasil, na quadra que atravessamos, exige uma formulação integral e completa desse tipo.

A adoção, que vinha sendo feita, de medidas isoladas, independentes e até conflitantes, só poderia resultar, como tive ocasião de expor, em artigo recente neste mesma coluna, no “desperdício de medidas úteis”.

Com as recentes modificações do Ministério da Fazenda e do Banco Central, a administração econômica e financeira do Governo do Presidente Sarney pode adquirir, aparentemente, maior unidade. Abre-se a esperança de que, reduzidas ou suprimidas as diferenças de orientação, torne-se possível uma formulação coerente e à altura da complexidade da situação. A curtíssimo prazo se verá.

Antonio Dias Leite é professor titular da Faculdade de Economia e Administração da UFRJ.